

Cruesp reafirma “concessão” dos 6,14% e recusa-se a discutir a Pauta Unificada

A segunda reunião da data-base 2012 entre Fórum das Seis e Cruesp, realizada em 25/5, não apresentou qualquer avanço em relação à primeira, ocorrida em 16/5.

Logo no início, a coordenação do Fórum, expressando deliberações de reunião preparatória pela manhã, ressaltou a necessidade e a expectativa de diálogo efetivo entre as partes e lembrou o dossiê entregue em 16/4, quando protocolou a Pauta Unificada de Reivindicações 2012, destacando o enorme número de ofícios sequer respondidos pelo Cruesp: 22 em 2010 e 17 em 2011! Alertou para os termos do *Comunicado Cruesp* nº 1, de 16/5, onde se afirma que o órgão dos reitores “concedeu” (ao invés de “fez a proposta de”) reajuste salarial de 6,14%, o que revela, uma vez mais, a postura que tem sido adotada pelo Cruesp em todos os períodos de data-base: reuniões formais, apenas para in-

formar um índice, nunca para uma real negociação entre as partes.

O Fórum cobrou a continuidade das discussões sobre o índice e a necessidade de negociação dos demais pontos do item “Salário” da Pauta Unificada: equiparação entre os pisos dos servidores técnico-administrativos; equiparação entre os valores pagos a título de auxílio-alimentação; recomposição das perdas dos servidores e docentes do Centro Paula Souza. O Cruesp apenas alegou não haver “tradição” de equiparação salarial entre os servidores de cada universidade, de modo que não faria sentido falar em isonomia... Contudo, não explicou por que os salários de docentes podem ser isonômicos, mas os de funcionários não.

Outro aspecto cobrado pelo Fórum foi a necessidade de o Cruesp explicitar os dados efetivos das universidades, em especial após o

início da vigência da Lei de Acesso à Informação (LAI).

O Fórum das Seis lembrou, ainda, os outros pontos da Pauta Unificada: “Liberdade de organização e de manifestação dos movimentos”, “Permanência estudantil/gratuidade ativa”, “Condições de trabalho e estudo”, “Financiamento”, “Hospitais Universitários”, “Centro Paula Souza” e “SPPrev/Aposentadoria”, insistindo nas respostas dos reitores para cada um deles, o que também não tem ocorrido ao longo dos anos.

Logo após o Fórum afirmar que as assembleias consideraram insuficiente o reajuste de 6,14% apresentado pelo Cruesp, o presidente deste propôs a interrupção da reunião por 15 minutos, para que as reitorias pudessem reavaliar. No retorno, os técnicos das três universidades disseram com pessimismo sobre o cenário econômico brasilei-

ro e mundial, e enfatizaram o “elevado comprometimento do orçamento com folhas de pagamento”, com a nítida pretensão de justificar a manutenção dos 6,14%. De nada valerem os argumentos dos representantes do Fórum, indicando que há também no cenário econômico sinais positivos, que permitiriam um reajuste maior. O Cruesp deu por encerrada a discussão salarial, assumindo unicamente o compromisso de realizar reuniões técnicas para acompanhamento da arrecadação do ICMS, porém, sem se comprometer com reuniões de negociação no segundo semestre. Quanto aos demais pontos da Pauta Unificada, o presidente do Cruesp disse que todos devem ser tratados no âmbito de cada universidade, como pauta específica.

Até quando vamos tolerar a intransigência e o desrespeito do Cruesp?

Deliberações da Assembleia de 29/5

“Mobilizar a categoria para participar de audiência pública na Alesp em 27/6”

Considerando que

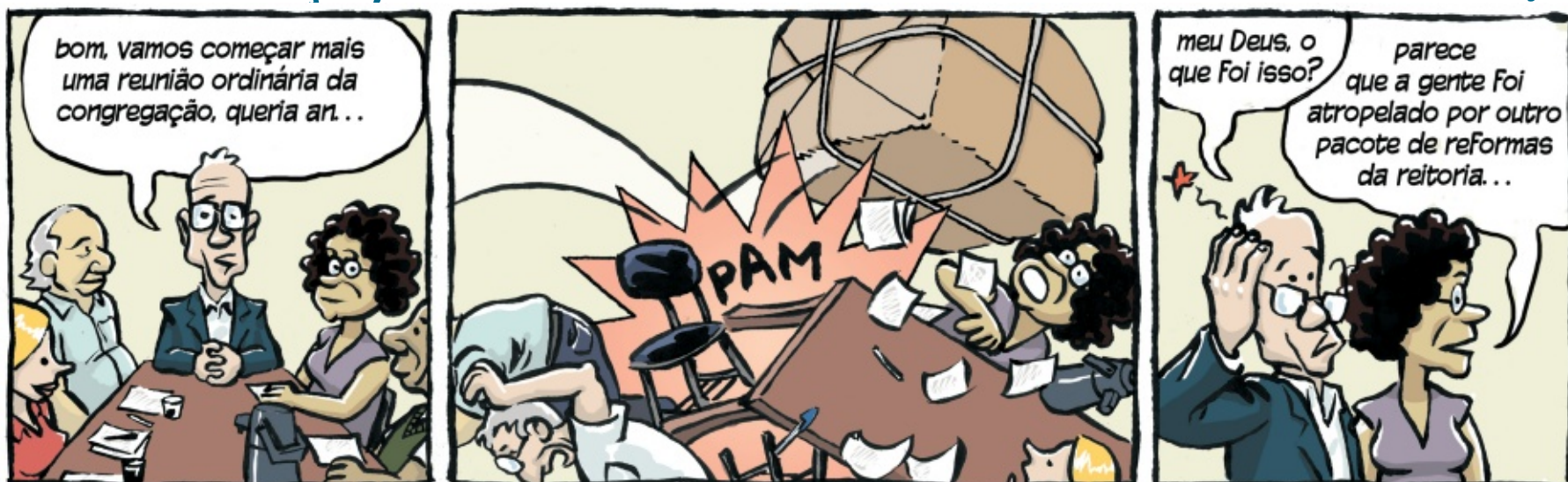
1. Na semana de 11/6 será realizado o ato de lançamento da campanha pela instalação de uma Comissão da Verdade na USP, promovido pelo Comitê Aberto pela Democratização da USP, do qual participam Adusp, DCE-Livre e Sintusp;
2. É fundamental dar maior visibilidade à luta contra a criminalização dos movimentos sindical e estudantil nas universidades;
3. Precisamos envolver a categoria docente no debate sobre a criminalização;

A Assembleia da Adusp de 29/5 deliberou:

1. Concentrar esforços para mobilizar a categoria para participar da audiência pública na Assembleia Legislativa, a ser realizada em 27/6, que discutirá as questões da criminalização dos movimentos e o financiamento da universidade (LDO-2013);
2. Propor ao Fórum das Seis que apoie o ato pela instalação da Comissão da Verdade da USP, a ser realizado na semana de 11/6;
3. Elaborar cartazes a serem afixados em todas as unidades, visando a problematizar a questão dos processos contra os estudantes e funcionários da USP, ampliando e aprofundando a discussão na categoria docente sobre o caráter político destas punições e sobre o regimento disciplinar vigente.

Maria das Graças, a otimista

Vitor Flynn



Nova ECA não atende departamentos e CA

Ainda cercado de obscuridade, o projeto da Nova ECA que prevê a construção de uma nova sede para a Escola de Comunicações e Artes atrás da Faculdade de Economia e Administração, onde estão atualmente os barracões, foi apresentado em reunião realizada em meados de abril, da qual participaram o diretor da unidade, professor Mauro Wilton, chefes de departamentos, representantes da Superintendência de Espaços Físicos (SEF), do Centro Acadêmico Lupe Cotrim (CALC) e funcionários.

O projeto, oficialmente formulado pela SEF em colaboração com a ECA, teve pouca participação dos professores, estudantes e funcionários e, ainda que implique ampliação da área construída, não atende as demandas dos departamentos. “Por vezes até fica a dúvida se o próprio diretor da ECA tem tido alguma participação na formulação do projeto. Reuniões entre arquitetos e professores foram feitas, mas isso só depois de já terem entregado um pré-projeto dessa Nova ECA”, conta Luiza Guerra, diretora do CALC.

A dúvida sobre a real participação do diretor da ECA é pertinente,

já que o estudo volumétrico do projeto, publicado na edição 50 do USP Destaques, surpreendeu a todos, inclusive o professor Mauro Wilton. “Surpreendeu-me ele (o reitor) ter colocado em público. Quando a gente viu aquilo, em uma pequena reunião com ele, eu perguntei ‘Isso já é a Nova ECA?’, e ele disse ‘Isso é estudo volumétrico ainda’”, revelou o diretor ao *Jornal do Campus*.

Ainda segundo informações do *Jornal do Campus*, o Departamento de Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Turismo possui atualmente área de 1.419 m², demandou um acréscimo de 2.290 m², mas no projeto apresentado recebeu apenas 570 m². O Departamento de Jornalismo e Editoração possui área de 1.525 m², demandou mais 1.283 m². Na Nova ECA, contudo, coube-lhe apenas a área de 681 m². Além disso, o projeto não prevê salas para os núcleos de pesquisa e projetos de extensão.

“**Não contempla**”. Em documento entregue à Congregação da ECA, os diretores dos departamentos de Música (CMU), Artes Cênicas (CAC), Cinema, Tele-

visão e Rádio (CTR) e Artes Plásticas (CAP) se posicionaram contra a mudança de todos os departamentos para um novo prédio: “A despeito de suas qualidades, a proposta apresentada não contempla as necessidades de espaço de todos os departamentos e setores da Escola, nem corresponde ao funcionamento e à dinâmica ideal de algumas atividades pedagógicas que caracterizam a diversidade e a especificidade dos cursos ministrados na ECA”.

A sugestão dos docentes é de que a Nova ECA seja utilizada para cumprir as atuais demandas dos departamentos, porém sem abrir mão dos prédios atuais. “A Escola não pode prescindir da preservação e futura revitalização de parte de seus atuais prédios, o que permitirá que o edifício novo atenda plenamente às necessidades atuais de alguns departamentos e setores da ECA”, prossegue o texto.

A ausência de espaços abertos é outra reclamação do CALC. Atualmente o centro acadêmico e a Atlética têm salas em um espaço de vivência separado dos departamentos, o que garante reuniões e festas mesmo após os horários de

aula. Os estudantes argumentam que não poderão dar continuidade às suas atividades, o que ameaça a autonomia financeira das entidades: “Não temos como continuar com o *happy hour* que nos financia, já que não há espaço para isso. Sem dinheiro para atividades ou para divulgá-las, o centro acadêmico fica extremamente prejudicado em cumprir sua função de defesa dos estudantes e de mobilizá-los”, argumenta Luiza.

Nem Mauro Wilton, nem os envolvidos no projeto sabem dizer o que será feito com as entidades que hoje estão na atual sede da ECA e com as que estão no terreno destinado à construção da Nova ECA. O Sindicato dos Trabalhadores da USP não foi informado sobre seu destino. Já o Núcleo de Consciência Negra (NCN), situado num dos “barracões”, vive desde o anúncio do projeto sob ameaça de despejo. “Não temos o apoio da Reitoria, o núcleo não faz parte dos novos projetos. Estamos lutando, tentando conversar com a Reitoria, mas até agora não sabemos nosso destino”, diz Gilberto Américo da Silva, um dos coordenadores do NCN.

Cresce a greve nas IFES

A greve dos professores das Instituições Federais de Ensino (IFES) completou 15 dias em 1/6. Desde sua deflagração em 17/5, docentes de 48 instituições já suspenderam as atividades. O movimento é considerado pelo Comando Nacional de Greve (CNG) do Andes-SN um dos mais fortes. A expectativa agora é intensificar a mobilização para pressionar o governo a abrir negociação. O governo suspendeu, sem justificativas, a reunião com o Andes-SN e demais entidades do setor da educação, agendada para 28/5.

“A palavra de ordem do nosso movimento agora, mais do que nunca, é negociação. Queremos o agendamento de reuniões com interlocutores credenciados, com urgência, para buscarmos uma solução positiva ao impasse estabelecido o mais rapidamente possível”, disse Luiz Henrique Schuch, 1º vice-presidente do Andes-SN e membro do CNG.

Os comandos locais de greve (CLG) têm organizado diversas manifestações, com carreatas, passeatas, panfletagens e aulas públicas para divulgar os motivos da greve e pressionar o governo a abrir negociação. Em 30/5, vários deputados da Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara dos Deputados declaram solidariedade ao movimento grevista. O CNG participou de uma audiência da CEC, na qual solicitou a intervenção dos parlamentares junto ao governo, no sentido de reabertura das negociações. Em 31/5, representantes do CNG participaram do Pleno da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que reúne os reitores das 59 universidades federais, e puderam fazer uma exposição dos motivos da greve.

Na terça-feira 5/6, os professores em greve participam de uma marcha organizada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF) em Brasília. Após a manifestação, o Fórum dos SPF fará uma plenária ampliada, às 15h, na Esplanada, para decidir sobre a greve geral do funcionalismo federal a partir de 11/6.

Para saber mais sobre a greve dos docentes das IFES, leia artigos de Roberto Leher e Marcelo Badaró em www.adusp.org.br

Vale-refeição: o que a Reitoria não disse

Ao divulgar a extensão do vale-refeição a 22 mil docentes e funcionários técnico-administrativos a partir de junho (*USP Destaques* 16/4), a Reitoria omitiu o fato de que 20% do valor recebido mensalmente serão descontados, a título de participação “no custeio do benefício”. Ou seja, do valor unitário de R\$ 24 serão descontados R\$ 4,80.

A medida está prevista na Portaria GR 5.594, de 16/4, cujo artigo 5º prevê que o “beneficiário participará no custeio do benefício com o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 20% do total percebido mensalmente”.

Sabendo-se que a portaria e a publicação do *USP Destaques* têm a mesma data, impõe-se o seguinte questionamento: por que razão a informação sobre o desconto foi omitida do boletim oficial da Reitoria? Apesar de todo o alarde da administração em torno do vale-refeição, o caráter temporário desse benefício foi admitido pelo próprio reitor, em seu programa na Rádio USP. Pode, assim, ser extinto a qualquer momento. Além disso, não entra nos cálculos de 13º, adi-

cionais e aposentadoria e não é extensivo aos aposentados.

Docentes, insatisfeitos com as explicações sobre o vale-refeição disponíveis em <http://goo.gl/R5lfk>, chegam a perguntar se é possível abrir mão deste “benefício” oneroso. Outros querem saber onde ficam os postos em que os cartões deverão ser carregados.

A página da Reitoria informa apenas que os postos de benefícios nos quais será possível carregar os cartões estão “nas praças de alimentação dos *shoppings centers*, em grandes redes de lanchonetes, nas grandes redes de supermercados, em algumas padarias e lanchonetes, etc”. Não se sabe se existem postos nos *campi* e os beneficiários são orientados a consultar o site da Sodexo para descobrir qual é “o mais próximo”.

Melhor seria pagar o benefício como salário. Afinal, o ganho financeiro da operadora é óbvio, assim como é óbvio o prejuízo dos usuários do cartão. Democracia e transparência nos processos de decisão são como cautela e caldo de galinha: não fazem mal a ninguém. Ou fazem?

Seminário aprofundou debate de cotas

Realizado nos dias 30 e 31/5, no auditório Jacy Monteiro (IME-USP), o Seminário Nacional de Ações Afirmativas do An-des-SN reuniu representantes de 17 associações docentes e militantes do movimento negro. A conferência de abertura ficou a cargo do professor Kabengele Munanga (FFLCH-USP). “O debate sobre ações afirmativas em benefício dos negros e índios parte das desigualdades acumuladas entre brancos e não brancos”, situou ele. “Há que promover o ingresso dos excluídos na universidade”.

No entender do professor, o melhor modelo de cotas é aquele que combina critérios sócio-econômicos e critérios étnicos, porque enfrenta “a especificidade do negro duplamente excluído”, isto é, excluído por ser pobre e por sofrer discriminação racial. Kabengele acredita que o debate recebeu impulso no Brasil após a realização da Conferência sobre Racismo, Xenofobia e Intolerância realizada em Durban (África do Sul), em 2001, e a aprovação de uma Lei de Cotas pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que instituiu essa política nas universidades estaduais (UERJ e UENF), em 2002.

As políticas afirmativas vêm sendo adotadas por outros países há décadas, com a finalidade de reduzir desigualdades, caso da Índia (1950) e dos EUA (1960). No Brasil, a exclusão dos negros no ensino superior é ilustrada por estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), que constatou que 97% dos alunos são brancos e 1% é asiático: “Cento e vinte e quatro anos depois da Abolição, só 2% dos alunos são negros”, destacou Kabengele. Prestes a se aposentar, ele foi homenageado por sua contribuição à superação da desigualdade racial no Brasil.

Índigenas em risco. “Direito e racismo: as cotas raciais, justiça política e inclusão social” foi o tema da primeira mesa redonda. Dirce Cavalheiro Veron, do Movimento Indígena Atguassu, do Mato Grosso do Sul, criticou a inexistência de políticas públicas para os povos indígenas e advertiu para o risco de desaparecerem perdendo aos poucos seus costumes. “Talvez fique só na história, contando



Professor Kabengele Munanga recebe homenagem durante o seminário

como o índio vivia aqui. Assim como outros povos só estão na história, como os negros que tinham línguas próprias antigamente”.

Samuel Vida, professor da Universidade Católica da Bahia, traçou um panorama histórico do racismo no Brasil. Citando o historiador Francisco Varnhagen, ele sustentou que em nosso país o Estado surgiu com a missão de criar uma nação branca. “O sentido empregado desde sempre no país, para o fato objetivo da miscigenação, foi o de encarar nela o caminho para o embranquecimento”, disse o professor.

Dora Bertúlio, procuradora da Universidade Federal do Paraná, demonstrou, por meio de um histórico das leis brasileiras, como o racismo foi construído pelas determinações do Direito e do Estado. Ela acredita que as políticas específicas para a população negra devem ser entendidas como temporárias: “O tempo das ações afirmativas com cotas para a população negra nas universidades deve estar diretamente ligado ao momento em que, eventualmente, a população negra possa ter as mesmas oportunidades na sociedade que a população branca”.

Pós-graduação. Na mesa “Estágio atual da política de ações afirmativas no Brasil”, a professora Fúlvia Rosenberg, da Fundação Carlos Chagas, apresentou o programa da Fundação Ford que oferece bolsas de pós-graduação para alunos negros, e falou da necessidade de incluir negros e indígenas na universidade antes de pensar em qualquer mudança em sua estrutura. “Depois que os negros e indígenas tiverem acesso, a gente pode pensar em um outro tipo de universidade”.

Delcele Mascarenhas, professora da Universidade do Estado da

Bahia (Uneb), expôs estatísticas concernentes à democratização do acesso e ao desempenho dos cotistas. A professora rebateu o argumento de que esses estudantes não teriam chegado à universidade por meio de seus méritos acadêmicos: “Os dados apontam para o bom desempenho dos cotistas, contrariando as hipóteses que havia sobre excelência, mérito acadêmico etc”.

Em 31/5, na mesa “Financiamento e institucionalização das políticas de ação afirmativa”, e depois em debate, o professor Wilson Mattos (Uneb) defendeu que os docentes tenham ativa militância política nos movimentos sociais. “Não podemos deixar que a academia nos institucionalize”, disse, sustentando a necessidade de independência crítica dos intelectuais. Como exemplos de intelectuais engajados citou Frantz Fanon, Edward Thompson e Nelson Mandela.

Ao abordar a relação entre movimento e instituições estatais, o professor apontou os riscos a ela inerentes: “O Estado tende a sequestrar nossa agenda. Não podemos ficar reféns da lógica do Estado. Nossa agenda de luta contra o racismo está sendo sequestrada pela política de cotas. O movimento negro está sem agenda”, afirmou.

Mattos informou que a Uneb tem cotas na pós-graduação, associadas à existência de linhas de pesquisa relacionadas às realidades regionais. Um projeto realizado na região do Raso da Catarina investiu os saberes desenvolvidos por comunidades indígenas e quilombolas na sua convivência com o bioma caatinga.

“Racismo meloso”. No Brasil existe um “racismo de Estado, que chega à eliminação física”, afirmou Júlio César Condaque, do Movimento Quilombo Raça e Clas-

se, na mesa “Diversidade, Gênero e Ações Afirmativas: relatos de experiências nas IES”. No entanto, apontou, em nosso país (diferentemente dos EUA e outros) o racismo assumiu uma forma assimilacionista e não segregacionista: é “ambíguo, meloso, pegajoso”. Desse modo, os próprios afrodescendentes muitas vezes não se reconhecem como tais.

Otto Agra, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), relatou a trajetória de implantação das ações afirmativas naquela instituição, iniciada em 2007 após pressão do movimento negro. Nela, 50% das vagas são reservadas para alunos de escolas públicas; destas, 80% para estudantes autodeclarados negros. Duas vagas adicionais por curso são reservadas para indígenas e quilombolas. A política de permanência inclui residência, restaurante universitário e bolsas de 450 reais para cerca de 1.500 cotistas. Os cortes de verbas pelo governo Jaques Wagner ameaçam esses benefícios.

As reservas têm sido inteiramente preenchidas, à exceção dos quilombolas, ainda às voltas com ensino médio deficiente e dificuldade para pagar inscrição de 80 reais. A UEFS conta com 45 alunos indígenas (em cursos como Medicina, Odontologia, Engenharia Civil), os quilombolas não chegam a uma dezena.

O Seminário foi apoiado pela Adusp, representada, na abertura, pelas professoras Heloísa Borsari e Rosângela Sarteschi. Ao final, foram aprovadas duas moções. A primeira repudia o atentado racista ocorrido em 22/5 em São Paulo, que resultou no assassinato da jovem angolana Zulmira Cardoso e feriu outros quatro angolanos. A outra condena a política de criminalização dos movimentos sociais na USP.

Debate sobre Comissão da Verdade da USP chega às arcadas da Faculdade de Direito

Um ato de lançamento do abaixo-assinado pela criação da Comissão da Verdade da USP reuniu, em 24/5, cerca de 200 pessoas nas arcadas da Faculdade de Direito (FD) do Largo São Francisco. Organizado pela Frente de Esquerda, articulação de estudantes da FD, o ato contou com a participação do Fórum pela Democratização da USP, constituído por Adusp, Sintusp, DCE-Livre, diversos centros acadêmicos e grupos como Levante Popular e outros.

O primeiro a falar no ato foi o professor Fábio Konder Comparato: “É preciso, com toda a tranquilidade, mas também com energia e decisão, que sejam abertos os arquivos da universidade para saber quem colaborou com o regime, quem ajudou para tantos sequestros e torturas”, afirmou. No seu entender, há um nexos entre o passado escravocrata brasileiro, o regime ditatorial implantado em 1964 e o presente de violações de direitos humanos. A escravidão estaria “na raiz da tragédia de 20 anos de regime empresarial-militar”, ao qual seguiu-se “um regime de total impunidade”.

O diretor da FD, professor Antonio Magalhães, rememorou seus tempos de estudante naquela unidade: “Falo como aluno nesse período da Ditadura Militar. Ingressei em 1965, último ano da Peruada [tradicional festa pública da faculdade]; em 1966 ela foi proibida. Tivemos colegas desaparecidos, colegas mortos, professores afastados, professores que tinham suas aulas censuradas, vigiadas, porque não se submetiam”. Ele lembrou que era aluno da pós-graduação, quando o coronel Erasmo Dias, secretário da Segurança Pública, tentou invadir a faculdade: “O diretor, professor Rui Nogueira, foi até a porta para impedir a entrada da Polícia Militar”.

A professora Deisy Ventura, do Instituto de Relações Internacionais da USP, mencionou a Comissão Nacional da Verdade (CNV) como modelo a descartar, pois decorre de uma “resposta atabalhoada” à decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que condenou o governo brasileiro a punir os agentes da Ditadura Militar e localizar os corpos de guerrilheiros do Araguaia. Deisy criticou a composição da CNV: “Poucas pessoas, escolhidas por critérios que jamais ficaram claros”. Ela elogiou o formato sugere-

do no abaixo-assinado que propõe a Comissão da Verdade da USP, por sua composição mais democrática e pelo recorte temporal das apurações, 1964-1985 (em vez do despropositado período 1946-1988, fixado na lei de criação da CNV).

Interdição. “É como se a Ditadura Militar não tivesse existido. Há uma interdição ao debate, um bloqueio sobre o que ocorreu durante a Ditadura”, destacou o professor Gilberto Bercovici (FD). Para ele, a Comissão da Verdade da USP terá de investigar “o papel desta faculdade e desta Universidade no regime militar”. Bercovici observou que a Congregação da FD, reunida após o golpe militar, manifestou apoio às Forças Armadas. “Queremos saber a verdade, nada mais do que a verdade. Essa conivência geral, esse acordo [em torno do silêncio sobre a Ditadura] vai se dissipar”, arrematou, depois de mencionar que foi um professor da FD (César Peluso) que liderou a decisão do STF de manter a impunidade dos torturadores, em 2010.

José Damião Trindade, procurador do Estado, ex-aluno da FD, reforçou os argumentos de Bercovici: “Há duas tradições nessa faculdade, a dos combatentes, dos professores e alunos que resistiram à Ditadura Militar, e a dos que foram coniventes, cúmplices”. Como exemplo da primeira vertente, citou (e homenageou) Arno Preis, militante de esquerda executado pela repressão política. Como exemplo da vertente oposta, mencionou Gama e Silva, ex-reitor que redigiu o Ato Institucional 5 (AI-5), de 1968. Ele aplaudiu a participação da juventude nos atos de execução de torturadores.



Manifestação da professora Deisy Ventura

O professor Salomão Shecaira (FD) explicou que a Lei da Anistia de 1979 é ilegítima, porque, tendo participado de sua aprovação os chamados “senadores biônicos” (indicados pela Ditadura Militar), ela resultou de um “pacto com pessoas que não tinham sido eleitas”. Lembrou que, no período ditatorial, houve uma tentativa de invasão do Centro Acadêmico XV de Agosto: “Talvez o Magnífico Reitor, que tem afinidades com a polícia, tenha se esquecido dessa história”, ironizou.

O professor Jorge Souto Maior (FD) registrou que, depois que o reitor Hélio Lourenço foi destituído do cargo, o regime militar colocou à frente da Reitoria o professor Alfredo Buzaid (depois ministro da Justiça), egresso, como Gama e Silva, do Largo São Francisco. Na visão de Souto Maior, a lógica da espionagem vigente na Ditadura “é exatamente o que acontece hoje na USP”. Defendeu a retirada dos processos movidos contra sindicalistas e alunos, extinção do convênio com a PM, fim das fundações privadas e do vestibular, enfim “a derrubada de todos os muros, físicos e sociais”.

Campanha. Alexandre Pariol, representante do Sintusp, afirmou que a Comissão da Verdade da USP é necessária para impedir as violações atuais: “Um estudante eliminado é condenado para sempre. A legislação usada é a mesma da Ditadura Militar, não foi revogada”.

A professora Elisabetta Santoro, vice-presidente da Adusp, disse esperar uma vigorosa campanha em favor da Comissão: “É fundamental que esta Universidade reveja seu passado, para que possa construir seu futuro de forma mais consciente” e, assim, empreender “um processo de democratização forte e urgente”.

O deputado Adriano Diogo (PT), presidente da Comissão da Verdade criada pela Assembléia Legislativa, assinalou que a USP foi uma das universidades brasileiras mais atingidas pela repressão política, e que é preciso um movimento de rua para derrubar a Lei da Anistia. Também se manifestaram Lira Alli (Levante Popular), Fábio Pimentel (Coletivo Quem), Gabriel Landi (UNE) e diversos outros estudantes.

Reitor preside a Comissão de Claros Docentes

Recentemente o reitor Graciano Rodas publicou a Portaria 5.596, de 16/4, que altera a composição da Comissão de Claros Docentes da USP. Por meio dela, o reitor autonomou-se membro da Comissão e, simultaneamente, seu presidente. A Portaria 5.596 revoga Portaria 4.768, de 13/5/2010, na qual Rodas havia nomeado como membro da Comissão, e seu

presidente, o vice-reitor Hélio Nogueira.

Segundo a portaria, a mudança vem para complementar a Lei 14.782, de 14/5/2012, que prevê criação de 1955 cargos docentes, para a reposição dos atualmente vagos e dos que vagarem nos próximos anos. A mesma lei estabelece ainda a criação de 700 cargos de professor doutor para a USP, destinados a projetos de expansão.

Normalmente a Comissão de Claros Docentes julga as solicitações de criação de claros apresentadas pelas unidades e as encaminha para decisão final do reitor. A Portaria 5.596 afirma que “não é conveniente que haja um interregno entre as deliberações do colegiado e a sua efetivação”, e por isso coloca o reitor no cargo máximo da comissão.